

A Luta por uma Educação Integral e pelo Direito de Pensar

Autor: Carlos Antonio Fragozo Guimarães

A aprendizagem é a capacidade de assimilar informações, associando-as à vida, de modo prático ou reflexivo. Só existe real aprendizagem se ela se dá por meio do interesse. Caso contrário teremos retenção provisória de informações, com pouca ou nenhum real benefício além do decorar dados para prestação de exames, dados esses, compreensivelmente esquecidos após a entrega das provas.

Enquanto processo de assimilação, se constitui em ativo processo de apropriação, adaptação e transmissão do conhecimento que é sempre socialmente produzido. Desta forma, a aprendizagem é ação no indivíduo de uma realidade que faz-se coletivamente e coletivamente transforma-se, como já refletia Vygotsky.

Só existe sentido em se falar em aprendizado em um contexto onde se envolvam pessoas. A aprendizagem é a capacidade de se transformar *junto com o outro*. Quanto maior a ligação entre pessoas (seja na família, igreja ou escola) maior o estímulo para o aprender. Seu processo envolve o entendimento, a prática, a avaliação e a reconstrução de conceitos, saberes, valores e costumes e, dadas as condições favoráveis de respeito ao pensamento do aprendiz, é possível que dela surja uma consciência amadurecida, crítica e reflexiva, forjada na relação dialógica (ou seja, no contato e troca de idéias entre pessoas diferentes), no caso, entre aluno e professor, proposta esta corroborada pela prática reconhecida internacionalmente – e paradoxalmente minimizada no Brasil - feita por Paulo Freire. A educação, portanto, significa *formação* do saber e do pensar e vai muito além da assimilação formal de conhecimentos dados por um sistema estruturado, implicando, como reflete Paulo Freire, em saber ler o mundo, compreendendo-o a partir da vivência pessoal dentro de uma comunidade.

Esta relação dialógica, que é o ambiente onde se dá a aprendizagem, é mais estimulante quanto mais a pessoa que a vivencia descobre estar ciente for das limitações da constituição histórica das diversas modalidades de saber (racional, filosófico, estético, crítico) e suas interconexões. Esta consciência se fortalece na descoberta espontânea de que o saber é construído pelos homens e mulheres, o que liberta o intelecto da armadilha de uma percepção determinista que dê suporte ou aparente justificativa a diferentes modos de opressão e abre a mente para um pensar autônomo ante a perspectiva de que a História é sempre um espaço de possibilidades da qual todos fazemos parte. Isto é um estímulo que leva o pensamento a ser continuamente reflexivo,

questionando-se à si e à visão de mundo dominante, passo necessário para uma mudança dos paradigmas vigentes, se nos atermos à terminologia de Thomas Kuhn e Paulo Freire.

No processo de aprendizagem para uma autonomia do pensar e do agir, em uma perspectiva sócio-crítica, tal como propostos por pensadores como Paulo Freire e Edgar Morin, diferentemente do que acreditavam as escolas empiristas e positivistas, o aprendiz (que pode ser ou não o aluno de uma escola formal) não é mais concebido como um mero receptor inerte ou passivo, uma *tabula rasa* onde o mestre haveria de imprimir informações e hábitos, mas como agente inteligente, participante e ativo no processo de transmissão, interpretação, entendimento e transformação cultural através de uma consciência que se percebe e descobre como parte integrante e atuante de um meio social que lhe permite um conhecimento de si através do conhecimento do outro. Neste processo, também o professor não é mais visto como mero canal de transmissão de idéias acabadas ou de saberes validados pela sociedade, ou por parte dela, mas como guia, facilitador e orientador que deve, idealmente, ter clareza sobre sua própria responsabilidade em agir como elemento de estímulo da autonomia do pensar na descoberta do mundo por meio de uma reflexão crítica a ser estimulada no aprendiz.

Ora, a possibilidade de uma educação para uma maturidade e independência do pensar, que seja realmente sócio-crítica, só pode acontecer se houverem condições para uma reflexão constante, o que incluir um olhar de questionamento à própria educação, da grade curricular oficialmente estabelecida, por um lado, e por outro, em um diálogo sobre a realidade social onde se inserem o estudante e o professor. Contudo, em uma época “coisificadora”, ou “bancária” – de mero “depósito” de informações selecionadas por um sistema que as consideram úteis - e em que a própria educação é vista como mercadoria, onde há a liberdade para aprender a não ser questionando o próprio fazer educativo que muitas vezes castra a liberdade criativa do aluno?

Se o professor, o responsável pela instrução do “futuro do Brasil”, é normalmente tratado, na prática, pelos responsáveis pela ordem social como um cidadão de segunda categoria e disciplinas fundamentais para a autonomia do pensamento, como a Filosofia, a Sociologia e a própria História são ou excluídas da grade das escolas, ou desdenhadas por uma cultura elitista que as vêem como perigosas, mas que de fato possibilitam uma abertura de pensamento para valores fundamentais, tanto que são a base de saberes como o Direito, a Filosofia da Ciência e da Economia, onde haverá a possibilidade maior de resgate da cidadão a não ser pelo respeito ao professor e à prática

e arte do ensino, e onde melhor este poder se faria visível senão na escola pública, este ente que anteriormente era reconhecido mas que foi vilipendiado por motivos ideológicos e de mercado nos últimos 46 anos?

Zelar pela educação integral – dada pela escola, pela família e pelas relações sociais sadias – é mais que mero treinamento de mão-de-obra para um impessoal mercado de trabalho. É cuidar do futuro de pessoas que sentem, choram e sonham e que, juntas, constituem um país que ainda esta a se fazer nação. Pessoas que podem lutar por uma ressignificação do ser no mundo, e não no mero estar no mundo.

Carlos Antonio Fragoso Guimarães é psicólogo, professor universitário e técnico de promotoria do Ministério Público do Estado da Paraíba.